



Conselho Federal de Administração

O Sistema CFA/CRA's tem como missão promover a Ciência da Administração valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país.



Comissão Permanente de Licitação
Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Bloco L, Edifício CFA, Brasília/DF, CEP 70070-932
Telefone: (61) 3218-1813 - www.cfa.org.br

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 3/2019/CFA

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2019

PROCESSO Nº 476900.006833/2018-18

Tipo: Técnica e Preço

O **CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO**, autarquia federal nos termos da Lei nº 4.769/65 e do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934/67, por intermédio de sua **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, doravante denominada **CPL/CFA**, constituída pela Portaria nº 03, de 10 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados que realizará **LICITAÇÃO** na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, objetivando a **contratação de empresa para a produção da Revista Brasileira de Administração (RBA)**, sob o regime de execução indireta, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e na conformidade do estabelecido no presente Edital e em seus Anexos.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS

Data: 09 de Abril de 2019.

Credenciamento: 8:30 às 09:00 horas

Abertura: 09:00 horas

Local: Setor de Autarquias Sul - Quadra 1 - Bloco "L" - Edifício CFA - Brasília/DF

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em editoração para produção de 6 (seis) edições da Revista RBA, produção bimestral do Conselho Federal de Administração (CFA), compreendendo a captação e gerenciamento de informações, redação de textos, copy desk, revisão gramatical, ortográfica e de estrutura textual. O formato da RBA fechado é: 21 x 28 cm e aberto: 42 x 28 cm - 64 páginas + capa.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente licitação as empresas que atenderem às condições do presente Edital e que não estejam sob o regime de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou haja sido suspensão de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão público.

2.2. As empresas interessadas em participar deste certame, deverão comparecer no dia, hora e local indicados no preâmbulo deste Edital, para entregar a **CPL/CFA** a DOCUMENTAÇÃO, a PROPOSTA TÉCNICA e a PROPOSTA DE PREÇO, contidas em três envelopes distintos e lacrados, respectivamente, com as seguintes inscrições:

1º) (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA PROPONENTE)

ENVELOPE "A" – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS CFA Nº 01/2019

2º) (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA PROPONENTE)

ENVELOPE "B" – PROPOSTA TÉCNICA

TOMADA DE PREÇOS CFA Nº 01/2019

ENVELOPE “C” – PROPOSTA DE PREÇO

TOMADA DE PREÇOS CFA Nº 01/2019

2.3. Qualquer manifestação em relação à presente licitação, somente poderá ser formulada pelo representante legal da licitante, devidamente identificado e credenciado, mediante entrega à **CPL/CFA**, de instrumento público ou particular, e de cópia autenticada do documento constitutivo em vigor da outorgante.

2.4. A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar e responder por ela nas sessões públicas.

3. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “A” – “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”

3.1. O **ENVELOPE “A”** deverá conter, para a **habilitação** da licitante, a documentação a seguir, numerados e ordenados na seqüência abaixo, a fim de permitir maior rapidez durante a conferência e exame correspondente:

3.1.1. Habilitação Jurídica

3.1.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais e registro comercial, no caso de empresa individual;

3.1.1.2. Inscrição de ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

3.1.1.3. Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

3.1.2. Qualificação Econômico-Financeira

3.1.2.1. Apresentar o balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

3.1.2.2. A comprovação de boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente(LC), maiores que um (>1), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

3.1.2.3. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede pessoa jurídica; e

3.1.2.4. Patrimônio Líquido mínimo de R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais)

3.1.3. Regularidade Fiscal

3.1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

3.1.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.1.3.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal e quanto à Dívida Ativa da União, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei;

3.1.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal ou Estadual, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.1.3.5. Prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

3.1.3.6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho mediante Certidão Negativa de Débito Trabalhista.

3.1.4. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, nos termos do § 2.º, do art. 32, da Lei 8.666/93, observadas as penalidades cabíveis.

3.1.5. Declaração, na forma do art. 27, inciso V, da Lei nº. 8.666/93, com a redação dada pela Lei nº. 9.854/99, de que não possui em seu quadro de pessoal profissionais menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menores de 16 (dezesesseis) anos desempenhando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz.

3.1.6. A licitante fica dispensada de apresentar os documentos de que tratam os itens 3.1.1, 3.1.2 letra “a, b e d”, e 3.1.3, caso apresente o espelho “Situação do Fornecedor”, emitido recentemente à data de abertura das propostas, pelo SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores, de que trata a Instrução Normativa MARE nº 05/95.

3.1.7. A documentação deverá estar autenticada ou apresentada seus originais para confronto.

3.1.8. Não será admitido o encaminhamento de documentação via fax.

3.1.9. Após o recebimento da documentação não será aceita juntada ou substituição de quaisquer documentos.

3.1.10. A licitante deverá apresentar a declaração de que atende plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos para o certame, e os certificados e/ou declarações quando exigidos no Projeto básico.

3.1.11. A apresentação do SICAF, dentro do seu prazo de validade, substitui os documentos relacionados no itens 3.1.1 e 3.1.2.

3.1.12. A licitante que estiver cadastrada e habilitada parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, apenas deverá apresentar:

3.1.13. Atestado de capacidade técnica, expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, que atestem que a licitante prestou à declarante serviços compatíveis com os do objeto desta TOMADA DE PREÇOS;

3.1.14. apresentar declaração, sob as penalidades cabíveis, de que inexistem fatos impeditivos de sua habilitação no presente processo licitatório e de que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.1.15. comprovar que possui patrimônio líquido mínimo de R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais) se qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente - a serem apurados por intermédio da consulta *on-line* no SICAF;

3.1.16. Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

3.1.17. O CFA não garante a consulta on-line ao sistema SICAF.

4. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “B” – “PROPOSTA TÉCNICA”

4.1. A proposta técnica deverá ser redigida e apresentada no **ENVELOPE “B”**, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal da licitante proponente.

4.2. O conteúdo constante da proposta técnica deverá atender às exigências constantes dos Itens 1 e 2 do anexo I do Projeto Básico nº 19/2018.

5. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “C” – “PROPOSTA DE PREÇO”

5.1. A proposta de preço deverá ser redigida e apresentada no **ENVELOPE “C”**, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal da licitante proponente, devendo dela constar:

5.2. O conteúdo constante da proposta de preços deverá atender as exigências constantes do Item 3 do anexo II;

5.3. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura das propostas.

5.4. Não será considerada a proposta que contiver qualquer vantagem não prevista neste edital, caracterizada por preço ou vantagem baseada em ofertas dos demais licitantes, preços simbólicos, irrisórios ou cotação de valor zero.

5.5. Uma vez abertas as propostas, não serão admitidos pedidos de retificação de preços ou sobre quaisquer outras condições oferecidas.

6. DO PROCEDIMENTO

6.1. No dia, hora e local, citados no preâmbulo desta Tomada de Preços, serão abertos, inicialmente, os envelopes contendo a “DOCUMENTAÇÃO”, sendo esses rubricados pelas licitantes presentes e pelos membros da **CPL/CFA**.

6.2. Caso a **CPL/CFA** considere necessário, poderá suspender a reunião para analisar os documentos e julgar a habilitação, comunicando o resultado às licitantes.

6.3. Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, os envelopes contendo “PROPOSTA TÉCNICA” e “PROPOSTA DE PREÇO”, devidamente lacrados, serão rubricados pelos membros da **CPL/CFA** e licitantes presentes, ficando em poder da **CPL/CFA** até que seja decidida a habilitação.

6.4. Não havendo licitante inabilitada ou se todas manifestarem desistência de interpor recurso, será procedida à imediata abertura das propostas técnicas, que serão rubricadas pela **CPL/CFA** e licitantes presentes.

6.5. Será suspensa a sessão para que haja o encaminhamento das propostas técnicas pela **CPL/CFA** a comissão especial, que efetuará a análise técnica das propostas apresentadas.

6.5.1. A equipe técnica indicada no item 6.5 será composta de três profissionais da área de comunicação a ser designada pelo CFA.

6.5.2. A equipe técnica terá o prazo de até 10 (dias) úteis para encaminhar parecer com a pontuação técnica final à comissão de **CPL/CFA**.

6.6. A **CPL/CFA** marcará dia e horário para sessão pública para divulgação pontuação da avaliação técnica, onde se dará o prazo para interposição de recurso conforme estabelecido em lei.

6.7. Após o período recursal do julgamento das propostas técnicas, serão abertos os envelopes contendo propostas de preços das licitantes que obtiveram índice técnico.

6.8. Das reuniões para recebimento e abertura dos envelopes contendo documentos de habilitação e propostas, serão lavradas atas circunstanciadas, que mencionarão todas as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação, devendo estas ser assinadas pelos membros da **CPL/CFA** e por todas as licitantes presentes.

6.9. Depois da hora marcada para recebimento dos envelopes “DOCUMENTAÇÃO”, “PROPOSTA TÉCNICA” e “PROPOSTA DE PREÇO”, nenhum documento será recebido pela **CPL/CFA**.

7. DO JULGAMENTO

7.1. O julgamento da licitação será realizado em 3 (três) fases:

7.1.1. Fase de habilitação, que compreenderá análise dos documentos apresentados no envelope “DOCUMENTAÇÃO” de todas as licitantes. Só as empresas habilitadas passarão as próximas fases, ou seja, a de julgamento das propostas técnicas e a de julgamento das propostas de preço.

7.1.2. Fase de julgamento das propostas técnicas, que compreenderá a análise dos elementos contidos no envelope “PROPOSTA TÉCNICA” das licitantes habilitadas, para verificação das exigências mínimas constantes do item 4.

7.1.2.1. Serão consideradas desclassificadas as propostas técnicas que:

- a. não atendam às exigências deste Edital e Anexos;
- b. sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades e defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- c. não atendam às características mínimas constantes do Projeto Básico e deste Edital.

7.1.3. fase de julgamento das propostas de preços, que compreenderá a análise dos elementos contidos no envelope “PROPOSTA DE PREÇO” das licitantes que obtiveram a Nota Técnica mínima.

7.1.3.1. Será desclassificada a proposta de preço que:

- a. apresentar preço incompatível com os preços correntes no mercado;
- b. não for assinada na última folha pelo representante legal da proponente;

- c. conter emendas, borrões ou rasuras que comprometam sua apresentação e compreensão.

7.1.3.2. A **CPL/CFA** poderá relevar erros materiais evidentes, desde que não comprometam a compreensão e a lisura das propostas.

7.1.3.3. Havendo divergência entre os valores unitários e o valor global, prevalecerão os primeiros. Havendo divergência entre os valores por extenso e em algarismos, prevalecerão os primeiros.

7.1.3.4. Caso todas as propostas sejam desclassificadas, a **CPL/CFA** poderá fixar o prazo de oito dias úteis, para que as licitantes apresentem novas propostas escoimadas das causas da desclassificação.

7.2. Será declarada vencedora a proponente que obtiver o maior número de pontos pela aplicação da expressão:

7.2.1. DA PONTUAÇÃO

IP = índice de preços

MP = menor preço proposto dentre as empresas classificadas

PP = preço proposto pela empresa avaliada

Fórmula: $IP = (MP/PP) \times 100$

7.2.2. Será considerada vencedora do certame licitatório a proposta que obtiver o MAIOR ÍNDICE GERAL (MIG), resultante da fórmula a seguir:

$$MIG = (IT \times 5) + (IP \times 5) / 10$$

Onde: MIG = Maior Índice Geral

IT = Índice Técnico

IP = Índice de Preço

5 (cinco) = Fator de Ponderação (multiplicação) do IT

5 (cinco) = Fator de Ponderação (multiplicação) do IP

Observação: Caso precise arredondar será duas casas decimais depois da vírgula.

7.3. DO DESEMPATE

7.3.1. Em caso de empate, será considerada como classificada em primeiro lugar a licitante que tiver obtido a maior pontuação, sucessivamente, nos itens: Horizontalização e verticalização do conteúdo abordado; Ortografia; Coerência com as técnicas de reportagem e entrevistas; Clareza da informação.

7.3.2. Persistindo o empate, a decisão será feita por sorteio em ato público marcado pela Comissão Permanente de Licitação, para o qual serão convidadas todas as licitantes.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. À licitante vencedora será adjudicado o objeto da licitação, sendo a mesma notificada para firmar contrato no prazo de 5 (cinco) dias a contar do recebimento da notificação.

8.2. O contrato a ser celebrado obedecerá à minuta constante de **Anexo** deste Edital, no qual serão considerados todos os elementos apresentados na proposta pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento desta licitação, bem como as condições estabelecidas neste instrumento.

9. DO PREÇO

9.1. O **CFA** pagará à licitante vencedora, pelo cumprimento do objeto desta licitação, o valor consignado em sua proposta, após atestação dos serviços efetivamente executados por parte do setor competente do **CFA**, observado o disposto na minuta de contrato anexa a este Edital.

9.2. O pagamento será efetuado no término de cada edição, no prazo de até o 10º (décimo) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura correspondente ao objeto, entregue e aceito pelo **CFA** e devidamente atestada pelo setor competente.

9.3. A contratada deverá fazer constar da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura correspondente, o processo e contrato que deram origem ao pagamento (inscritos na margem superior esquerda do contrato), o número de sua conta bancária, o nome do banco e a respectiva agência.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento próprio do CFA, pela verba consignada no Elemento de Despesa

6.2.2.1.1.01.04.04.058.001.

10.2. O valor estimado para as contratações objeto deste processo licitatório é de R\$ R\$ 384.000,00 (trezentos e oitenta e quatro mil reais) anual, consoante previsão orçamentária.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A adjudicatária que se recusar, injustificadamente, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, a contar da notificação que lhe será entregue, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global da proposta.

11.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas na minuta de Contrato.

12. DA RESCISÃO

12.1. O contrato resultante da presente licitação poderá ser rescindido na incidência das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, garantido à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. A propositura de recursos sobre o presente certame, obedecerá ao que estabelece o art. 109, da Lei nº 8.666/93.

13.2. Os recursos referentes à documentação terão efeito suspensivo, e somente serão admitidos antes do início da abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, sob pena de preclusão.

13.3. Os recursos deverão ser formalizados em documento, dirigido ao Conselho Federal de Administração – **CFA**, por intermédio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação do **CFA - CPL/CFA**, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do seu recebimento, ou submetê-los à Presidência do **CFA**, com decisão proferida dentro do mesmo prazo.

13.4. Decairá do direito de impugnar perante a Administração, nos termos desta licitação, a licitante que tenha aceitado sem objeção ou venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

14. DOS RECURSOS

14.1. Dos atos da Comissão, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, caberá:

14.1.1. Recurso, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata nos casos de:

14.1.1.1. habilitação ou inabilitação da licitante;

14.1.1.2. julgamento das propostas;

14.1.1.3. anulação ou revogação da licitação;

14.1.1.4. rescisão do contrato, a que se refere o inciso I, do artigo 79, da Lei nº 8.666/93;

14.1.1.5. aplicação das sanções de advertência, suspensão temporária ou multa;

14.2. Representação, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

14.3. O recurso previsto nos subitens 14.1.1.1 e 14.1.1.2, do subitem 14.1 terá efeito suspensivo e será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de **05 (dias) dias úteis**. A autoridade competente poderá, motivadamente e presentes as razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos recursos previstos nas demais alíneas do mencionado subitem.

14.4. Os recursos interpostos contra os atos praticados pela Comissão deverão ser dirigidos à autoridade contratante, por intermédio do Presidente da Comissão, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los devidamente informado àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

14.4.1. O recurso interposto deverá ser comunicado à Comissão Permanente de Licitação - CPL logo após ter sido protocolado. O recurso pode ser protocolado tanto no e-mail (licitacao@cfa.org.br) quanto pessoalmente na Sede do CFA que

fica localizado no SAUS Quadra 01 Bloco L, cujo horário de expediente é das 09h00min às 17h00min.

14.5. Não serão conhecidos o(s) recurso(s) interposto(s) fora do prazo legal e em local diferente do indicado no item 14.1.1.

14.6. Para efeito do disposto no § 5º do art. 109, da Lei n.º 8.666/93, ficam os autos desta Tomada de Preços franqueados aos interessados na sede do CFA, nos dias úteis, das 09h00min às 17h00min.

15. DA GARANTIA

15.1. Antes da assinatura do instrumento de contrato será exigida da licitante vencedora, a prestação de garantia para cumprimento deste, em favor do CFA, correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor global, numa das modalidades previstas no parágrafo primeiro do artigo 56 da Lei nº 8.666/93.

15.2. A garantia apresentada na modalidade seguro-garantia ou fiança bancária deverá ter prazo de validade que abranja todo o prazo de execução da obra, acrescido dos prazos para recebimento provisório, observação e para recebimento definitivo. Na hipótese de prorrogação do prazo de execução, a Contratante deverá apresentar prorrogação do prazo de validade da garantia.

15.2.1. A garantia apresentada na modalidade fiança bancária só será aceita pela Administração se o banco expressamente renunciar ao benefício de ordem previsto no artigo 827 da Lei no 10.406/2002 – Código Civil.

15.3. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente pela Contratante, em pagamento de multa que lhe tenha sido aplicada, a Contratada deverá proceder à respectiva reposição no prazo de **03 (três) dias úteis** contados da data em que tiver sido notificada da imposição de tal sanção.

15.4. No caso de alteração contratual com acréscimo do valor original, a Contratada deverá apresentar, antes da celebração do termo aditivo, garantia complementar correspondente a 5% do valor do acréscimo, ou substituir a garantia original por outra correspondente a 5% do novo valor do contrato.

15.5. Após o cumprimento fiel e integral do contrato e o recebimento definitivo do objeto, a garantia prestada será liberada pela Contratante à Contratada.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. É vedada a subcontratação parcial ou total para fornecimento do objeto desta licitação.

16.2. O prazo para entrega do(s) arquivo(s) da produção objeto do presente contrato ao Conselho Federal de Administração, será de acordo com o estabelecido no Projeto Básico.

16.3. A critério da Administração, esta licitação poderá ser reduzida ou aumentada em seus quantitativos, de acordo com o artigo 65, da Lei Nº 8.666/93, quando for o caso.

16.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação do **CFA - CPL/CFA**.

16.5. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pela Comissão de Licitação, no SAUS - Quadra 1 - Bloco "L" - Edifício CFA - Brasília/DF, ou pelos emails licitacao@cfa.org.br e protocolo@cfa.org.br.

17. DO FORO

17.1. Para dirimir quaisquer dúvidas do presente certame, será competente o Foro da Justiça de Brasília/DF.

Adm. Ellen Regina dos Santos Lobo

Coordenadora da Comissão Permanente de Licitação



Documento assinado eletronicamente por **Admª. Ellen Regina dos Santos Lobo**,
Conselheira, em 28/02/2019, às 18:52, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir,
informando o código verificador **0256545** e o código CRC **5A067D6A**.